

SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo.

Professora Adjunta da Faculdade de Educação;
Orientadora do Estágio Supervisionado na Educação de
Jovens e Adultos. (UFPA) – Campus Universitário de
Altamira – Faculdade de Educação. E-mail:
irlanda@ufpa.br.

Liliane Pereira da Silva.

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.
(UFPA) – Campus Universitário de Altamira – Faculdade
de Educação. E-mail: lilianexingu2@gmail.com;

Marconde Ávila Bandeira.

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.
(UFPA) – Campus Universitário de Altamira – Faculdade
de Educação. E-mail: bandeira.neto77@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Este estudo originou-se de um Estágio Supervisionado de Educação de Jovens e Adultos realizado na turma de primeira etapa noturna na Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Clair Passarinho em um bairro periférico na cidade de Altamira, Pará. O Mesmo faz parte do desenho curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Turma 2014 – Noturna - Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Altamira – Faculdade de Educação que tem como objetivo conhecer os ambientes, recursos, e equipamentos disponíveis para realização do trabalho pedagógico e da prática educativa na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De acordo com Ministério da Educação, para enfrentar os processos excludentes que marcam os sistemas de educação no país, cria, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Respeitar e valorizar a diversidade da população, garantindo políticas públicas

como instrumentos de cidadania e de contribuição para a redução das desigualdades são os objetivos proposto pela SECAD. Por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, busca contribuir para atenuar a dívida histórica que o Brasil tem para com todos os cidadãos de 15 anos ou mais que não concluíram a educação básica. Para tanto, é fundamental que os docentes dos sistemas públicos de ensino saibam trabalhar com esses alunos, utilizando metodologias e práticas pedagógicas capazes de respeitar e valorizar suas especificidades (BRASIL. 2006).

Nessa perspectiva, este estudo pretende problematizar a seguinte questão: como se caracteriza a organização pedagógica-curricular da Educação de Jovens e Adultos e seus desdobramentos na prática educativa no ensino fundamental em Altamira? O estudo foi pautado em uma abordagem qualitativa e com uma pesquisa exploratória com intuito de observação, regência e intervenção. Os instrumentos utilizados foram documentos de solicitação para autorização do estágio supervisionado e carta de apresentação do acadêmico endereçado para a direção da escola, diários de campo para registro, roteiro de entrevista semiestruturado para professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as. As análises dos dados serão desenvolvidas à luz do referencial teórico de autores que tratam sobre a temática abordada, dentre os quais: Márcia Friedrich, Anna M. Canavarro Benite, Claudio R. Machado Benite e Viviane Soares Pereira (2010), Paulo Freire, (1996) e do Plano de investigação do cotidiano da Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal do Pará.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na Constituição Federal de 1988 no “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”(BRASIL. 1988). De acordo com Gadotti e Romão (2006), apesar de a Constituição definir a educação como um direito de todos, o que observamos são programas fragmentados com problemas de concepção pedagógica e metodológica. Neste âmbito, muitos programas surgem como alternativas assistencialistas de combate à exclusão social, com propostas pedagógicas que

sugerem uma forma universalizada de trabalho sem levar em conta as peculiaridades locais de cada comunidade, ou seja, contextos e conteúdos que abrangem a diversidade étnica e cultural de nosso país desconsiderando as características locais das comunidades escolares.

Diante disso, quando se discute questões referentes do direito à educação, percebemos as grandes discussões que estão postas no contexto brasileiro, os direitos de acesso e permanência estão garantidos na carta magna brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 e na Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Contudo, percebem-se dificuldades no atendimento adequado aos estudantes. De acordo com Friedrich, Benite e Pereira (2010, p. 392), estudos têm apontado que as iniciativas propostas a essa modalidade de ensino, geralmente são “[...] pontuais na tentativa de solucionar os problemas decorrentes do analfabetismo e falta de qualificação da mão de obra necessária ao modo de produção em cada época da história de nosso país. Também se caracteriza por uma educação compensatória, supletiva e emergencial”. A EJA é formada por sujeitos sociais que por motivos diversos de negações de direito não conseguiram acesso às políticas educacionais na idade certa, por isso, temos educandos que necessitam de acompanhamentos específicos de acordo com suas especificidades, sem falar que muitas vezes os mesmos podem até se sentirem incapazes por seus complexos de inferioridade ocasionados durante sua trajetória de vida, sendo assim a existência dos altos índices de evasão escolar na EJA

Apesar de os cursos de licenciaturas atualmente já terem em seu componente curricular disciplinas voltadas para Educação de Jovens e Adultos, ainda é incipiente, porque depois que se formam ainda falta especializações voltadas para política citada, visto que os professores aparecem como “[...] um sujeito com perfil de um herói que resolve enfrentar sem uma formação específica uma modalidade de ensino com muitas carências. O professor diante de manuais precisa usar de toda sua criatividade para ensinar ao seu aluno, também numa condição de exclusão” (FRIEDRICH, BENITE E PEREIRA 2010, p. 392). Diante do exposto, apesar de já ter havido melhora nas políticas da EJA, ainda estamos a enfrentar um grande desafio, uma vez que as condições de docência ainda estão longe do ideal almejado sem falar na formação continuada

específica para esta área de atuação. Assim, se faz necessário trabalhar cada vez mais o acesso e a permanência das crianças nas escolas na idade certa, na tentativa de evitar que futuramente tenhamos jovens e adultos frustrados por falta de políticas eficazes que negaram seu direito de acesso e permanência na educação seja lá quais forem os motivos, o papel da educação deveria ser primeiramente a promoção formativa na idade certa para a cidadania.

O CAMPO DE PESQUISA E OS RESULTADOS

As primeiras aproximações foram possíveis observar que a escola possui espaço físico amplo e com acessibilidades (rampas e barras), dentre eles: copa, refeitório para merenda escolar, banheiros masculino e feminino em todos os pavilhões, banheiros específicos para deficientes em todos os pavilhões, salas de aulas, quadra poliesportiva coberta modelo padrão do MEC, laboratório de informática com acesso a internet, sala de leitura, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, sala da coordenação pedagógica, sala da secretária escolar, sala de direção e sala de professores. Cabe ressaltar que a escola já havia passado por uma reforma de adequação em sua estrutura e estava sendo pintada. Quanto aos recursos e equipamentos, a escola disponibiliza de computadores, impressoras, data show, livros didáticos, quadro branco, jogos didáticos diversificados, salas climatizadas, cadeiras com mesas para estudantes e professores, materiais para práticas poliesportivas, móveis e utensílios. Vale informar que seus recursos e equipamentos são suficientes, o único problema é a falta de acesso ao laboratório de informática e a sala de recursos multifuncionais para o turno noturno por falta de equipe de profissionais.

Ao abordamos a organização curricular, de acordo a coordenação pedagógica da escola que é responsável pelas turmas de EJA, o planejamento acontece geralmente no início do ano letivo, junto com o da escola, com a participação de todos os funcionários da escola, especificamente os professores e equipe diretiva da escola, no momento de construção e reavaliação do Projeto Político Pedagógico da escola. Apesar de haver o planejamento anual há também o planejamento por área de conhecimento no início do 1º bimestre, com organização da matriz curricular para todo ano letivo (Dividido em bimestres).

Desse modo, no Projeto Político Pedagógico são colocadas todas as diretrizes para o ano letivo em curso, ou até dois anos. Para EJA, são colocadas metas diferenciadas assim como ações propostas a serem trabalhadas no decorrer do ano letivo.

Sobre a relação entre professores/as e discentes, foi possível observar que a relação é contínua e respeitosa, pois dialogam sobre suas dúvidas, mesmo após a finalização das aulas. Um aspecto positivo é a relação de ensino e aprendizagem, é alicerçada no diálogo, de modo a superar práticas autoritarismo no cotidiano escolar, pois isso favorece a aprendizagem dos alunos como destacado por Paulo Freire (1996). Além disso, conforme as professoras e professores informaram que têm reuniões periódicas para culminação de suas atividades em sala de aulas. Já em relação entre gestores/as, coordenadores/as e professores/as, as observações evidenciaram que as relações entre equipe de trabalho da escola são constantes, porque há uma coordenadora fixa no turno noturno especificamente para a EJA e sempre a direção e/ou vice direção encontra-se presente escola no período do estágio realizado. Segundo informado pela coordenação pedagógica da escola não existe a proposta curricular voltada às turmas de EJA pela Secretaria Municipal de Educação.

No entanto, tem-se como base a proposta seguida pela Secretaria de Educação do Pará (SEDUC/PA), Estado do Pará, sendo que os professores são orientados a adaptarem conforme diagnóstico local. Isso é um problema, pois pode comprometer todo o processo de aprendizagem dos estudantes. Essa questão é analisada por Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), quando as autoras destacam que o trabalho e as necessidades de aprendizagens dos jovens e adultos precisam estar presentes nas propostas pedagógicas, com intuito de o mesmo se sentirem a vontade de expor suas dificuldades em relação a sua aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar no decorrer do estágio que as práticas educativas, tais como: metodologia, recursos, conteúdos e avaliação estão divididos em um componente curricular por eixos temáticos, que a professora trabalha com referência teórico com autores: Paulo Freire (1996), e com as

Diretrizes do Ministério da Educação específico da EJA. Seu planejamento diário segue o PPP que caracteriza o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e suas necessidades individuais. Quanto aos desafios enfrentados pelos professores e professoras na EJA no cotidiano escolar, são: evasão escolar, alunos matriculados muitos jovens, falta de método específico para EJA, falta de material didático específico para EJA, horário muito extenso, falta de segurança no turno, falta de regras mais específicas na EJA, aumentar o índice de frequência e permanência na escola e falta de formação continuada específica para equipe multiprofissional.

Com isso, a Educação de Jovens e Adultos na rede de Ensino Fundamental em Altamira ainda é um desafio, como foi relatado ainda faltam políticas públicas específicas para nossa sociedade, uma vez que executam arranjos de outras políticas que apesar de ser do nosso estado não contempla nossas especificidades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 143, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Cadernos EJA 1**: Trabalhando com a educação de jovens e adultos. Alunos e Alunas da EJA. Brasília, DF. MEC.2006.

BRASIL. **Cadernos EJA 2**: Trabalhando com a educação de jovens e adultos. Sala de aula como espaço de vivencia e aprendizagem. Brasília, DF. MEC.2006.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos, ano XXI, nº 55. Novembro de 2001. Disponível em: WWW.scielo.br/pdf/acedes/ Acessado em: 09 de Junho de 2018 as 20:00hs

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado e PEREIRA, Viviane Soares. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 5.